

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2026 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Às 09h40min do dia 31 de março de 2026, reuniram-se em caráter ordinário os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente Sustentabilidade e Fernando de Noronha (SEMAS); Batalhão de Policiamento Ambiental/Polícia Militar de Pernambuco (BPA); Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM); Prefeitura de Camaragibe, Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), Fórum Socioambiental de Aldeia (FSAA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Usina São José S/A, Associação de fornecedores de cana de Pernambuco (AFCP) e Associação Águas do Nordeste (ANE), ainda se fez presente, como ouvinte, o Comandante do CIMNC, Coronel Mário Silvério Rodrigues de Miranda Neto, para debater a seguinte pauta: **a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros, titulares e suplentes; c) Apresentação da Plataforma Ecológico-Econômica de Pernambuco; d) Relatório das atividades em 2025; e) Deliberação sobre reformulação do Conselho Gestor; f) Atualizações sobre a ESA; e, g) Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH/Informes gerais.** Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, a Sra. Cinthia Lima iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. **a) Aprovação da ata da reunião anterior** - A ata da reunião do dia 19 de setembro de 2025 foi aprovada por unanimidade. **b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes** - Estiveram presentes dois novos conselheiros; tomando posse como suplentes da cadeira da UFRPE, e do CIMNC, respectivamente, a Prof. Karine Matos Magalhães e o Ten. Jaciel Leandro de Melo Freitas. **c) Apresentação da Plataforma Ecológico-Econômica de Pernambuco (Plataforma ECO)** - a Sr^a. Patrícia Tavares, Analista da Unidade de Monitoramento da Biodiversidade (UBIO)/Diretoria de Monitoramento Ambiental e Inovação (DMAI), historiou como se deu a concepção da plataforma que tem o objetivo de integrar e sistematizar os diversos dados geoespaciais oficiais disponíveis para o Estado, com uma versão interna, para uso dos técnicos da CPRH e uma versão aberta para o público geral. A Sr^a. Patrícia apresentou a interface e os módulos contidos na Plataforma (Uso e Cobertura, Espécies Avaliadas, Paisagens, Unidades de Conservação e Licenciamento), e como utilizá-los, incluindo o cruzamento de dados e como se apresentam. A iniciativa conta com parceiros como Mapbiomas, GBIF, Red List/IUCN, utilizando os dados de suas plataformas. Também conta com os dados internos gerados pela CPRH, como os das UGUC e UBIO. A iniciativa foi contemplada na 7^o edição do Prêmio Mapbiomas, na categoria “Aplicações em Políticas Públicas”. A Sr^a. Patrícia comunicou que estão sendo realizadas melhorias, e há possibilidades de ampliação das funcionalidades da plataforma. De modo geral, a Plataforma ECO facilita as análises e possibilita

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2026 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

maior segurança perante os processos de licenciamentos, gerando relatórios automatizados com os dados oficiais ali presentes. Além disso, disponibiliza ao cidadão informações que podem ser livremente acessadas no “módulo aberto”, e facilita a abertura de processos a serem analisados pela instituição. A conselheira Luciene, da FIEPE, sugeriu e perguntou se seria possível realizar a apresentação na FIEPE, diante da necessidade das indústrias utilizarem a ferramenta para o licenciamento. A conselheira Mônica frisou a necessidade do cuidado de verificar as Autorizações de Supressão de Vegetação, bem como a de Queima Controlada, visto que pode ocasionar problemas de autuação indevida. Além de gerar novos processos e desgastes para a defesa do autuado. A Sra. Patrícia informa que, enquanto a plataforma não está alimentado com essas informações, o analista, deve realizar a conferência manualmente, mas enfatiza que a intenção é de se alimentar a plataforma com esses dados. A Sr^a. Cinthia, propõe que seja possível que a plataforma trabalhe com o formato geopackage, arquivo geoespacial mais atual e flexível. E ressalta que, como a plataforma vem sendo aperfeiçoada a partir de demandas e necessidades diversas, os conselheiros podem fazer sugestões.

d) Relatório das atividades em 2025 (anexo) - A gestora da APAAB inicia a apresentação do relatório de atividades do ano de 2025, contemplando as ações e projetos: I. Educação Ambiental, com ênfase no projeto desenvolvido pela Escola Estadual Major Lélío, que realizou o acompanhamento da fauna dentro do fragmento de mata da escola; II. Palestras - foram realizadas palestras nas Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de intervenções voltadas a comunidades do território em parceria com o Grupo Ecoverdejantes e o projeto SEMEAR III. Participações técnicas - a equipe da APA esteve envolvida no Grupo de Assessoramento Técnico do Plano Estadual de Primatas de Pernambuco (PAEPriPE), do Grupo Técnico (GT) de Elaboração da Plataforma ECO, que acompanhou o desenvolvimento da plataforma, e do GT Interinstitucional entre APAC, CPRH e a CONDEPE/FIDEM, que tem trabalhado na delimitação das áreas protegidas pela Lei de Proteção de Mananciais, para publicação; IV. Aquisição de equipamentos - por meio do programa de conversão de multas, foi destinado o valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) para aquisição de equipamentos a serem utilizados pelo projeto Surucucu, havendo a possibilidade de outros projetos serem apresentados e contemplados; V. Programa de fiscalização - as ações de fiscalização vêm sendo atuantes, tendo sido desenvolvidas pelo Setor de Administração de Unidades de Conservação (SAUC), culminando em três autuações em 2025; VI. Pesquisa - Entre os estudos desenvolvidos na APAAB temos o “Projeto de Monitoramento da Biodiversidade”, que vem sendo executado com a condução da conselheira Bruna Martins Bezerra, e o PPBio Mata Atlântica, que foi apresentado pela conselheira Ana Carolina Borges Lins e Silva VII. Visita Técnica - foi realizada visita com a equipe da APAAB e ESEC de Caetés na RPPN Pedra Dantas em Lagoa dos Gatos, gerida pela SAVE Brasil, que possui foco na

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2026 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

conservação/observação de aves; VIII. Eventos/Fóruns - Cinthia participou do Congresso Brasileiro de Ornitologia, buscando entender como se dá a dinâmica e a profundidade das discussões, além do Avistar - Encontro Nacional de Observadores de Aves, e da Conferência Nacional de Meio Ambiente, onde foram defendidas duas propostas (Proposta I - Implementar projetos de turismo ecológico e turismo sustentável de base comunitária que promovam a cultura e biodiversidade local, sobretudo em regiões onde existem Unidades de Conservação, visando a geração de empregos, renda local e empoderamento de seus habitantes / Proposta II - Implementar e ampliar unidades de conservação da natureza, restaurando áreas degradadas com espécies nativas, protegendo mananciais e criando corredores ecológicos com gestão participativa, envolvendo as comunidades do entorno, e garantindo estruturas adequadas para gestão e fiscalização ambiental); IX. Biodiversidade - em 2025, houve dois novos registros de espécies de anuros para a APAAB a partir de estudos realizados pelo Laboratório Interdisciplinar de Anfíbios e Répteis (LIAR), sendo uma nova espécie para a ciência (*Ololygon paulofreirei*) e uma nova espécie para o território da APAAB (*Dendropsophus studerae*); X. Processos - foi apresentado um panorama dos processos que passaram pela APA em 2025, incluindo a espacialização dos licenciamentos. Por fim, verificou-se quais das ações pensadas para 2025 foram realizadas (reforço da equipe técnica), quais estão em desenvolvimento/ realizadas parcialmente (Aquisição da sede) e as que não tiveram início (Revisão do Plano de Manejo, Monitoramento da fauna, Capacitação em Uso Público de UC, Elaboração do Plano de Uso Público da UC, Organização de evento estadual de observação de aves e revisão do Conselho Gestor e participação no AVISTAR e COP 30). O conselheiro Ricardo Braga, da ANE, questiona se das pesquisas apresentadas, estavam inclusas as realizadas no Parque Estadual de Dois Irmãos (PEDI), já que há estudos históricos que geraram resultados interessantes, pois vale a pena haver a integração dessas iniciativas. Cinthia esclarece que, o que foi apresentado são as pesquisas que a APAAB apoia diretamente ou deu anuência. Além disso, no ano passado houve um problema de quebra de articulação, visto que a APA foi retirada da representação da CPRH como suplente no conselho do PEDI. Ricardo ainda coloca que, infelizmente, nesse momento é indiferente a representação da APA, dado que o conselho do PEDI não está se reunindo. Cinthia reconhece as dificuldades relatadas sobre o conselho do PEDI, mas acredita ser contornável, e afirma que houve tratativas para que ela retorne a compor o colegiado. **e) Deliberação sobre reformulação do Conselho Gestor** - A palavra é repassada para Marina Falcão, que narra brevemente o processo em curso para a reformulação do conselho gestor da APAAB, e que encontra-se na fase de contactar as instituições para que se manifestem o seu interesse em compor o conselho. Entre as instituições que já se posicionaram favoráveis estão: os Observadores de Aves de Pernambuco (OAP); Associação Pernambucana de Apicultores e Meliponicultores (APIME); Ultramega

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2026 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Hospitalar; Quilombo dos Catucás; e, Quilombos do Camaras. Outras instituições, a Universidade de Pernambuco (UPE), a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF de Chã de Cruz), a Associação Caiana (assentamento/agricultura familiar) e a Associação Regalado (assentamento/agricultura familiar), manifestaram interesse faltando formalizar o aceite. A conselheira Luciene da FIEPE, questiona se será possível acolher todas essas instituições. Cinthia explica que foi feito o exercício de acrescentar um assento, passando de 13 para 14 cadeiras, entretanto havendo a divisão da cadeira entre titulares e suplentes, ponderando a instituição mais antiga no conselho. Assim, a CEPAN e a ANE, a Usina São José e a Usina Petribu, dividiram a titularidade e suplência. Analisando a tabela de representantes com os conselheiros, apresentada, ficou decidido a seguinte formação para a representação da sociedade civil: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o FSSA e o SINTRAF, teriam cadeiras ocupando a titularidade e suplência. Enquanto, o IFPE e a UPE, CEPAN e a ANE, a Usina São José e a Usina Petribu, FIEPE e a ADEMI, OAP e a APIME, a ULTRAMEGA e a AVIVA, Associação de Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e o SINDAÇÚCAR, a Associação Caiana e Associação Regalado, Associação Chã de Peroba e a ASDERGA, dividiram a titularidade e suplência. Em relação às instituições governamentais, a CPRH, a SEMAS, a CONDEPE/FIDEM, o BPA, Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE), Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco (SETUR), Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), Pref. de Camaragibe, e a Pref. de Recife ocupariam uma cadeiras com titularidade e suplência. Enquanto, a Pref. de Abreu e Lima e a Pref. de São Lourenço, a Pref. de Igarassu e a Pref. de Paudalho, a Pref. de Paulista e a Pref. de Araçoiaba, dividiram a titularidade e suplência. Assim, a nova composição seria constituída por 14 cadeiras representando a Sociedade Civil, com 24 instituições, e 17 Instituições Governamentais. Cinthia reforça que a partir da aprovação dessa composição a gestão irá caminhar com as tratativas que possibilitem a publicação da portaria para formalizar. O conselheiro Ricardo Braga, pergunta se em Caetés haveria alguma comunidade que fosse importante ser representada no conselho, ou se as representações da ESEC de Caetés e do PEDI poderiam ser convidados a participarem dessas reuniões. Cinthia concorda que as gestões possam ser convidadas a acompanharem as reuniões, ressaltando que a mesma acumula a gestão da ESEC de Caetés. Porém, o conselho da ESEC está desativado há algum tempo, de modo que há maior dificuldade para reativá-lo, e que, no ano de 2026 teremos início ao processo de renovação do colegiado. A conselheira Luciene, da FIEPE, levanta a preocupação com a ausência constante das prefeituras, e questiona como conseguir trazê-las para perto. A conselheira percebe que a participação muda a partir do interesse da pessoa indicada. O

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2026 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

conselheiro Herbert, do FSAA, coloca ser necessário promover uma estratégia de provocação, incluindo na pauta temas sensíveis para os municípios. Além das temáticas, outra possibilidade levantada é que haja reuniões itinerantes. Ao final da discussão, a nova composição da APAAB foi aprovada por unanimidade. **f) Atualizações sobre a ESA** - A palavra foi passada para o conselheiro Herbert Tejo, representante do FSSA, para as atualizações devidas, iniciando o repasse sobre o Arco metropolitano. Herbert traz ao conhecimento de todos uma reportagem que foi divulgada na semana anterior intitulada “Governo de Pernambuco confirma construção do trecho norte do Arco-metropolitano, orçado em R\$540.000.000,00”, o que seria inviável sem a definição do projeto. Entretanto, verifica-se que a matéria trazia informações confusas sobre o trecho Sul. Ocorre que, houve uma licitação para o desenvolvimento do projeto executivo, que foi concluída em 2025 - contemplando o lote Sul, da BR-408 até Suape, que é dividido em 2 segmentos: da BR 408 a BR 232 e da BR 232 até Suape. O que está sendo iniciado é o segmento 2 - do trecho Sul, mas havia uma promessa que o segmento 1 - do trecho Sul, seria lançado em março, mas não se concretizou. As discussões do arco metropolitano tiveram início em 2012, quando o próprio governo admitia haver muitos problemas e recuaram. Em 2015 foi lançado edital para licitação pelo DNIT, quando o FSSA impugnou o edital, em 2021 tentou-se impugnar novamente, porque haviam os mesmos vícios processuais de 2015, não tendo sido aceito. Entretanto, o TCE cancelou o processo de 2021, que já contava com empresa contratada, com base nos argumentos levantados pelo Fórum. Agora, para 2026, comunicação formal do governo de PE relata que “estão em curso ajustes técnicos destinados a reduzir impactos ambientais e assegurar a plena conformidade com as exigências legais, especialmente no que concerne às restrições incidentes sobre áreas inseridas na Área de Proteção Ambiental Aldeia-Beberibe”. O conselheiro entende que, a revisão citada continua contemplando o traçado do arco cortando a APAAB, havendo poucas alternativas de localização. Dentre essas alternativas, há a segregação da área em duas partes, incomunicáveis, prejudicando principalmente a fauna. A partir disso, terá que ser iniciada novamente a mobilização para que o traçado rodeie a APA. Em 2022 foi lançado outro edital, que amarrava o traçado de modo que os estudos de alternativas não poderiam ser realizados fora do território da APAAB. Em tratativas provocadas pelo Ministério Público, ficou acordado a inclusão da realização de estudos fora da APA pela empresa contratada. Nesse contexto, a empresa executou três estudos, sendo dois fora da APA e um dentro, e concluiu que o traçado menos problemático é um dos dois localizados fora da unidade. Porém, houve um segundo relatório que assegurou maior economia com o traçado que atravessa a unidade. Com o passar do tempo, houve troca de governo, o processo ficou parado e se extinguiu o prazo do contrato com a empresa, que solicitou renovação. Tendo sido concedido o primeiro e segundo aditivo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2026 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

contratual. Em dois de novembro de 2025, houve um terceiro aditivo contratual, porém não é de conhecimento se está havendo elaboração de produtos. Essa última prorrogação abrange a realização de levantamentos topográficos, verificação de interferências, estudos técnicos adicionais e instruções ambientais vinculadas à APAAB. Esse cenário leva a crer que estão revisando os projetos do traçado que corta a APA. A respeito da ESA, em julho de 2025, o General Almeida do Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), que o exército apesar de ter sido dispensado de cumprir o Termo de Referência de Estudos Ambientais solicitado pelo IBAMA, faria o estudo, com a contratação de uma empresa. O general Almeida saiu do cargo, tendo o General Vasco assumido a DPIMA, tendo assegurado que o edital estava sendo submetido à aprovação da AGU. Edital que foi publicado em novembro de 2025, com o objeto de contratar empresa de engenharia para a elaboração de estudos ambientais necessários para a construção da nova Escola de Sargento na Região Metropolitana do Recife (concorrência eletrônica nº 90.001/2025). O documento, previa os seguintes estudos: a localização e caracterização da área de estudo, estudos de caracterização da vegetação, inventário florestal, levantamento florístico, levantamento fitossociológico, plano de supressão vegetal, estimativa de supressão vegetal, projeto de compensação florestal, diagnóstico de fauna, plano de gestão e estudos arqueológicos. Porém, a licitação foi aberta, com 12 empresas participantes e todas foram desclassificadas, por não atenderem aos requisitos mínimos, havendo o fechamento do processo. O exército havia convocado as empresas focais do estado para apresentar a proposta contida no edital. Nessa etapa houve publicidade, mas não é entendível porque não houve a participação de empresas pernambucanas, apenas uma. No mais, deveria ter havido uma reunião em janeiro de 2026, a respeito da formalização da proposta de compensação ambiental do exército. Visto que a desapropriação de áreas, deveria ser a cargo do Governo do Estado e que as duas partes precisam acordar e formalizar as obrigações. O conselheiro Ricardo Braga, questiona se ocorreu alguma intervenção física no local. Cinthia informa que não há intervenções, apenas aberturas de trilhas para as prospecções. Ademais, lembra que Herbert propôs a formação de um Grupo de Trabalho que pudesse discutir tecnicamente as questões da ESA e do Arco Metropolitano Norte, composto pela CPRH, FSSA, instituições de pesquisa e CEPAN. As novas instituições, como a APAC, podem entrar depois que tomarem posse. Tendo sido aprovada a criação do GT - Arco/ESA, com a composição proposta. **g) Informes** - Cinthia informa que haverá o primeiro Congresso Pernambucano de Observadores de Aves, o "AVISTASSE?", a ser realizado entre os dias 17 a 19 de abril, no PEDI, com programação gratuita. O conselheiro Herbert avisa que o Plano Diretor do município de Camaragibe está sendo revisado em conjunto com a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Diante da importância de Camaragibe para a APAAB, é interessante que participemos. A conselheira Bruna Bezerra, da UFPE,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2026 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

informa que no dia 22 vai acontecer o lançamento do livro infantil que conta os desafios de um sagui dentro da APAAB. Desse livro infantil, foi produzido um curta-metragem animado, com teatro de bonecos, destinado às crianças, que será exibido em sessão de cinema para as escolas na UFPE. Nada mais havendo a tratar, às 11h50min, eu, Marina Falcão Rodrigues, secretária do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registro em anexo. Recife, 31 de março de 2026.